



VIOLÊNCIA

Tumulto e bombas de efeito moral contra indígenas

Polícia Legislativa reprime com gás lacrimogêneo grupo de integrantes dos povos originários que protestavam em frente ao Congresso. Câmara e Senado alegam que ação foi necessária para evitar que os manifestantes ultrapassassem áreas de segurança

» ALINE GOUVEIA
» ISRAEL MEDEIROS

Um grupo de cerca de mil indígenas que protestava na Esplanada dos Ministérios, ontem, foi dispersado com o uso de bombas de efeito moral e gás lacrimogêneo, depois de avançar contra as grades de proteção que cercavam o gramado do Congresso Nacional. Os indígenas fazem parte do Acampamento Terra Livre (ATL), montado em Brasília desde segunda-feira. Entre os indígenas atingidos pelo gás lacrimogêneo, estava a deputada federal Célia Xakriabá (PSol-MG).

Em um vídeo publicado em suas redes sociais, Xakriabá aparece tossindo enquanto anda em direção a um bloqueio de policiais militares. “Eu sou deputada. Por que você jogou spray de pimenta em mim? Meu olho está morrendo de dor. Eu sou deputada!”, disse a parlamentar, apontando para o grupo de policiais.

“Fomos recebidas com gás de pimenta e bombas de efeito moral, lançadas de forma indiscriminada, num claro ato de repressão contra o movimento indígena. Mesmo me identificando como deputada federal, fui impedida de sair do local, constrangida, agredida e precisei de atendimento médico na Câmara dos Deputados”, escreveu em suas redes sociais.

“Esse episódio escancara o que temos denunciado há muito tempo: a violência do Estado contra os povos originários e o racismo institucional que marca as estruturas de poder deste país. Também é violência política de gênero, num país em que ser mulher indígena no Parlamento é resistir diariamente ao apagamento”, afirmou Xakriabá.

Segundo o Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, duas mulheres foram atendidas

AFP



A Câmara informou que os indígenas romperam a linha de defesa da Polícia Federal do DF, derrubando os gradis e invadindo o gramado do Congresso



Esse episódio escancara o que temos denunciado há muito tempo: a violência do Estado contra os povos originários e o racismo institucional*

Célia Xakriabá (PSol-MG),
deputada federal

com mal súbito. “Uma foi transportada para a UPA de São Sebastião e a outra, para o IHBDF. Estavam conscientes, orientadas e estáveis”, disse a corporação, em nota.

A Câmara e o Senado argumentaram que a ação foi necessária para evitar que os indígenas ultrapassassem áreas de segurança delimitadas com antecedência. “O acordo com o movimento indígena, que reúne lideranças de diferentes etnias do país, era que os cerca de 5 mil manifestantes chegassem apenas até a Avenida José Sarney, anterior à Avenida das Bandeiras,

que fica próxima ao gramado do Congresso. Mas, parte dos indígenas resolveu avançar o limite”, disse a Câmara, em nota.

Já a Presidência do Senado afirmou que o avanço dos manifestantes foi “inesperado” e houve a necessidade de contê-lo “sem grandes intercorrências”. “A Presidência do Congresso Nacional reforça seu respeito aos povos originários e a toda e qualquer forma de manifestação pacífica. No entanto, é indispensável que seja respeitada a sede do Congresso Nacional e assegurada a segurança dos servidores, visitantes e parlamentares”, informou.

Em nota, a Polícia Militar do Distrito Federal destacou que, durante toda a semana, realizou o acompanhamento e policiamento das manifestações. O **Correio** tentou contato com a Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal para questionar se foram os policiais militares a disparar spray de pimenta contra a deputada Célia Xakriabá. Não houve retorno. A reportagem procurou, ainda, a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), mas a associação não havia se manifestado até o fechamento desta edição.

Unidos por voz na COP30

» FERNANDA GHAZALI*

O Acampamento Terra Livre (ATL), que termina hoje, está em sua 21ª edição. O tema da marcha deste ano é “A resposta somos nós”. Segundo os indígenas, o objetivo é mostrar ao governo e à sociedade a necessidade de agir contra a crise climática. Eles reivindicam o fim da era dos combustíveis fósseis, uma transição energética justa e o reconhecimento da importância dos povos originários e dos territórios tradicionais para a preservação da natureza.

No ATL, ontem, indígenas do Brasil e de mais 15 países reforçaram a importância da participação dos povos originários na 30ª Conferência da ONU sobre Mudança do Clima (COP 30), que ocorrerá em novembro, na cidade de Belém (PA).

“Sempre lutamos para que os povos indígenas estivessem no centro desse debate, porque os territórios funcionam como uma grande barreira contra o avanço das monoculturas, da mineração, do garimpo e do agronegócio”, afirmou a ministra dos Povos Indígenas, Sônia Guajajara.

Sinéia Wapichana, presidente do Caucus Indígena da América Latina e Caribe, ressaltou que esta é uma oportunidade única de garantir participação real nas decisões climáticas. “Para fazer esse espaço ser nosso, precisamos de maior participação indígena na história”, destacou.

A ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, exaltou a importância dos povos indígenas para a preservação ambiental.

*Estagiária sob a supervisão de Cida Barbosa

NAS ENTRELINHAS



Por Luiz Carlos Azedo
luizazedo.df@dabr.com.br

Radicalização aumenta e pode paralisar as votações da Câmara

O presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta, está tendo crescentes dificuldades para manter sua agenda, inclusive a pauta prioritária que anunciou no decorrer desta semana: a Proposta de Emenda Constitucional da Segurança Pública. Segundo ele, há uma convergência entre as lideranças de partidos para dar urgência aos debates sobre o tema. Entretanto, as articulações para aprovação de uma anistia aos condenados pelo envolvimento na tentativa de golpe de Estado de 8 de janeiro de 2023 prosseguem, e o clima de radicalização na Casa pode esquentar ainda mais devido à aprovação do pedido de cassação do deputado Glauber Braga (PSol-RJ) pelo Conselho de Ética da Câmara.

Desde quando recebeu o novo projeto da PEC da Segurança

Pública, na terça-feira, das mãos dos ministros da Justiça, Ricardo Lewandowski, e da Secretaria de Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann, Motta vem reiterando que sua prioridade é a questão da violência e do combate à criminalidade. “Daremos total prioridade para a discussão desse texto. Vamos analisar e propor as mudanças necessárias o quanto antes, porque o Brasil tem pressa para avançar com essa pauta”, garantiu.

O problema, porém, é que a bancada do PL está mobilizada para outra agenda: a anistia dos golpistas. Segundo o líder do partido, Sóstenes Cavalcante (RJ), a oposição já está perto de conseguir as 257 assinaturas para fazer o texto tramitar. “Estamos apoiando no diálogo com os colegas parlamentares, que vêm se

sensibilizando com essa pauta de justiça, de humanidade e de pacificação nacional”, disse Sóstenes em seu perfil no X. Como a agenda da segurança é uma prioridade para a chamada “bancada da bala”, o PL suspendeu a observação que fazia em plenário.

Entretanto, o voto dissidente do ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal (STF), ontem, para absolver todos os 17 réus denunciados por envolvimento nos atos antidemocráticos realizados na capital federal levou água para o moinho dos articuladores da anistia. Indicado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro para a Corte, no julgamento, Mendonça divergiu do voto do relator, ministro Alexandre de Moraes, que foi seguido pelos ministros Cristiano Zanin, Flávio Dino e Dias Toffoli.

Para Mendonça, o nível de evidência probatória exigida para a condenação difere daquele para “simples recebimento da denúncia” e, no caso dos réus que estão sendo julgados, “não foi atingido”. O ministro votou por absolver os envolvidos de todas as acusações formuladas nas ações em julgamento. Em seu voto, Moraes condenou os acusados a 1 ano de reclusão com prestação de serviços à comunidade e realização de curso sobre Estado e democracia; também proíbe o uso de redes sociais, determina multa, suspende o passaporte e revoga o pedido ou porte de arma dos réus.

Greve de fome

Mas o fato que pode ser o catalisador de um grande confronto na Câmara é a cassação do deputado Glauber Braga, aprovada pelo Conselho de Ética. Em protesto, o parlamentar do PSol resolveu fazer uma greve de fome, que já dura três dias e pode se estender até a próxima semana. Na terça-feira, quando a maioria

dos deputados estará de volta a Brasília, Glauber estará completando uma semana de jejum alimentar, uma situação de risco.

O Conselho de Ética aprovou a cassação do mandato na quarta-feira, por 13 votos a 5. A acusação, motivada por uma representação do Partido Novo, refere-se a um incidente ocorrido em abril de 2024, quando Braga teria expulso, com empurrões e chutes, o integrante do Movimento Brasil Livre (MBL) Gabriel Costenaro, que participava de uma manifestação na Câmara. O deputado afirma que a iniciativa é uma perseguição política.

O processo ainda permite recurso à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e, posteriormente, será submetido ao plenário da Casa. Na comissão, Glauber pode ter alguma chance. Seu novo presidente é o deputado Paulo Azi (União-BA), eleito com 54 votos. Houve apenas um voto em branco. Ao assumir a presidência, Azi anunciou que dará atenção especial às propostas do Poder Executivo, “que tem a

obrigação de implantar e propor políticas públicas para as quais foi eleito”. É uma sinalização de que o pedido de cassação de Glauber pode ir para a geladeira.

Não é a primeira vez que deputados realizam greves de fome na Câmara. Em junho de 2010, o deputado Domingos Dutra (PT-MA) realizou uma greve de fome em protesto contra a decisão do diretório nacional do PT de apoiar a candidatura de Roseana Sarney (PMDB) ao governo do Maranhão. Durante o protesto, ele permaneceu no plenário da Câmara.

Outro caso ocorreu em 2009, quando o ex-deputado José Edmar realizou uma greve de fome em defesa do imposto único. À época, ele era filiado ao PR e utilizou o protesto para chamar atenção para sua proposta tributária. O ex-deputado João Correia (PMDB-AC) também recorreu à greve de fome em 2010, após ser acusado de envolvimento no escândalo dos “sanguessugas”. Foi incoadado pela Conselho de Ética da Câmara.